



Plenário deve votar hoje ISS sobre aplicativos de transporte

Marcos Brandão/Senado Federal



Eunício afirma que é a favor dos aplicativos de transportes, mas defende que empresas ajudem finanças dos municípios

Projeto que tramita em regime de urgência prevê que o imposto será cobrado no município do local de embarque do passageiro e não onde está sediada a empresa responsável pelo transporte

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o Plenário priorizará esta semana a votação do projeto que muda a forma de cobrança do Imposto sobre Serviços para empresas de transporte privado de passageiros, como Uber, Cabify e 99Pop.

Do senador Airton Sandoval, a proposta prevê que o imposto será cobrado no município de embarque do passageiro, e não mais no local onde está sediada a empresa responsável pelo transporte. Segundo Eunício, o texto, que tramita em regime de urgência, não vai

prejudicar os aplicativos e deve beneficiar a economia dos municípios.

Também a partir de hoje, o Plenário deve votar indicações de autoridades. Os projetos não foram analisados na semana passada porque o Senado teve que votar medidas provisórias e proposta para viabilizar o fim da greve dos caminhoneiros.

Ontem, no Ministério da Fazenda, Eunício participou da assinatura do Programa Fortaleza Cidade com Futuro, que terá recursos de US\$ 83 milhões financiados pela Corporação Andina de Fomento. **3**

Conselho alerta para risco de leis contra fake news virarem censura

O Conselho de Comunicação Social aprovou ontem relatório sobre os 14 projetos em tramitação no Congresso que visam punir a disseminação de fake news pela internet.

O texto recomenda que

sejam feitas consultas públicas para formular um marco legal que não atente contra a liberdade de expressão. O relatório será enviado agora aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. **2**

Pedro Franco/Agência Senado



Murillo de Aragão (D) preside reunião ao lado do vice, Marcelo Cordeiro



Ouvido por Paulo Paim (3º à dir.), o defensor Daniel Campos diz que quem não pode pagar advogado é prejudicado

Teto de gastos prejudicou Defensoria, diz debate

Em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos, representantes da Defensoria Pública da União levantaram a possibilidade de fechamento de algumas unidades como forma de adequação orçamentária. Segundo

eles, o órgão, que está presente em menos de 30% do território nacional, viu seu plano de expansão ficar comprometido com a promulgação da emenda constitucional do teto de gastos. **3**

Geraldo Magela/Agência Senado

Senadores querem que carros elétricos se popularizem no país

No ano passado, apenas 0,2% dos carros emplacados no Brasil foram elétricos ou híbridos. Senadores apresentaram uma série de projetos de lei que incentivam a disseminação desses veículos, principalmente por meio da redução de impostos. Recente crise de abastecimento provocada pela greve dos caminhoneiros mostrou o quanto o país ainda é dependente dos combustíveis. **4**



Carro elétrico é abastecido em Amsterdam: tecnologia cresce no mundo



Nelson Oliveira/Agência Senado

Congresso recebe mais três MPs sobre acordo com caminhoneiros

O presidente da República, Michel Temer, editou, na quarta-feira, mais três medidas provisórias, além das que já tinham sido encaminhadas ao Congresso, para cumprir o acordo firmado com caminhoneiros. A finalidade das medidas é compensar os gastos que serão gerados. Uma delas corta despesas com investimentos em áreas sociais. **3**



Reprodução

Encartado nesta edição, o **Jornal Senado Mulher**

Marco sobre *fake news* deve evitar censura, diz conselho

Relatório, que será enviado agora aos presidentes do Senado e da Câmara, recomenda que sejam feitas consultas públicas para formular uma legislação que não atente contra a liberdade de expressão

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) aprovou ontem relatório do conselheiro Miguel Matos sobre os 14 projetos em tramitação no Congresso que visam punir a disseminação de notícias falsas (*fake news*) pela internet.

Por sugestão de Davi Emerich, representante da sociedade civil no CCS, o relatório recomenda às comissões e parlamentares envolvidos na discussão dos projetos (13 na Câmara dos Deputados e um no Senado) que sejam feitas consultas e audiências com todos os atores sociais envolvidos com o tema para a formulação de um marco legal contemporâneo, livre e diverso.

Segundo o presidente do



Para conselheiros, textos não contemplam complexidade das notícias falsas

conselho, Murillo de Aragão, o relatório será encaminhado ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia, e aos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que possui uma comissão sobre o assunto para atuar durante o processo eleitoral.

Além do relatório, também

será enviado a todas as autoridades citadas o voto da conselheira Maria José Braga, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que recomenda a rejeição das 14 propostas em discussão.

Para o conselho, os 14 projetos não abarcam na totalidade o fenômeno das *fake news* e podem causar impacto negativo pelas tentativas de regulação e punição. Por isso os conselheiros optaram por recomendar aos parlamentares que estejam atentos a premissas básicas na definição do novo marco regulatório, entre elas a de evitar qualquer mecanismo que vise retirar conteúdo da internet sem base legal e de forma discricionária. Maria José Braga e Marcelo Cordeiro, entre outros, entendem que qualquer movimento nesse sentido fere a Constituição, por atentar contra a liberdade de expressão e ser danoso à democracia. Além do mais, entendem que o Código Penal já possui dispositivos de combate à difamação e à calúnia, que podem ser acionados.

Ainda em relação a mecanismos de retirada de conteúdo, a lei deve, no entender do CCS, deixar explícito que eles terão que ser precedidos por ordem judicial fundamentada e pela concessão de tempo razoável para a retirada. Além disso, a legislação deve também prever um órgão para fazer avaliação prévia.

O CCS também recomenda que o futuro marco regulatório traga a definição clara do que sejam as *fake news*.

Conselho de Comunicação repudia atos de violência a jornalistas durante greve

Na mesma reunião, o Conselho de Comunicação Social aprovou uma nota de repúdio a ameaças feitas à liberdade de comunicação durante a greve dos caminhoneiros. De acordo com o conselho, nos últimos meses, em várias manifestações, profissionais da imprensa têm sido agredidos.

O texto aprovado foi redigido pelo conselheiro Davi Emerich, com base nos relatos da conselheira Maria José Braga, da Fenaj. De acordo com as informações da federação, até agora há relatos de ameaças e agressões a profissionais que trabalhavam na cobertura em nove estados brasileiros, número que pode aumentar.

— Provavelmente muitos outros casos no interior do Brasil não chegaram ainda ao conhecimento das entidades profissionais que representam os jornalistas e radialistas — disse Emerich.

Entre os fatos denunciados, estão impedimentos à cobertura, destruição de imagens, ameaça de atirar um repórter de um viaduto

e agressões a pauladas a um repórter cinematográfico e a um técnico de áudio. Também há uma denúncia sobre censura interna em um jornal de Pernambuco, que teria distorcido informações para dar foco desfavorável aos grevistas.

Na nota, o conselho afirma que a escalada de violência contra a imprensa precisa cessar e recomenda rigor do governo na aplicação das leis para garantir a livre produção de informação. Às empresas e profissionais de comunicação, a recomendação é de objetividade e transparência na cobertura. A nota será encaminhada ao presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Na reunião, o conselho ouviu ainda o chefe da assessoria internacional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jeferson Nacif. Ele falou sobre a União Internacional de Telecomunicações (UIT) no contexto das agências especializadas da ONU. A agência se dedica a tecnologias da comunicação.

Hélio José pede que população não deixe de votar

A grande abstenção nas eleições extraordinárias realizadas no fim de semana, para o governo do Tocantins e para diversos municípios foi lamentada por Hélio José (Pros-DF). Segundo o senador, o voto em branco ou nulo e o não comparecimento às urnas ajudam o poder econômico e as elites.

— Votando em massa em outubro o eleitor contribuirá para o avanço do país e para uma sociedade mais justa.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Reguffe defende projetos para uma reforma política

Reguffe (sem partido-DF) pediu urgência na reforma política. Propostas do senador preveem o fim da reeleição no Executivo e uma única possibilidade de reeleição para parlamentares, a adoção do voto distrital, a padronização de campanhas políticas, a permissão de candidatura sem filiação partidária, o fim do voto obrigatório e a revogação do mandato de quem descumprir promessa de campanha.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Gurgacz critica política de preços de combustíveis

Acir Gurgacz (PDT-RO) mencionou a greve dos caminhoneiros ao alertar que é preciso mudar a política econômica e o mecanismo de preços da Petrobras. O senador ainda manifestou indignação com a morte do caminhoneiro José Batisella, semana passada em Rondônia.

— Repúdio esses atos de violência e espero que as forças policiais identifiquem os responsáveis.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Medeiros contesta resultados dos governos do PT

Para José Medeiros (Pode-MT), os políticos e apoiadores do PT são a “bancada do atraso”, exageraram as conquistas dos mandatos de Lula e de Dilma e buscam vender como tragédia as reformas dos últimos anos. Enquanto os petistas estiveram no poder, disse, tiveram apoio do povo e do Congresso.

— Mas fizeram promessas irrealistas, institucionalizaram a corrupção e elevaram os lucros dos bancos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Recursos da Cide**
9h Entre 15 itens, o PLS 11/2013, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).
- CAE Spreads bancários**
10h Pauta de 18 itens. Às 14h30, audiência sobre redução de *spreads* bancários.
- CMA Revitalização do Rio Parnaíba**
11h O PLS 67/2017, que institui normas para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, é um dos 16 itens.
- CRA Aquisição de alimentos**
11h Audiência interativa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- CE Exame para médicos**
11h30 Na pauta, o PLS 165/2017, que institui o exame nacional de proficiência em medicina, e mais 20 itens.
- CDR Transposição do Rio São Francisco**
14h Audiência interativa sobre o projeto de transposição do São Francisco.
- CMO Eleição dos vices**
14h Eleição dos vice-presidentes.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h O PLS 493/2017, sobre o ISS de aplicativos como o Uber, está na pauta.
- CCT Serviços de radiodifusão**
14h30 Dos 12 itens da pauta, 9 são sobre serviços de radiodifusão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)

Senado deve votar ISS sobre Uber, diz Eunício

Projeto que muda a forma de cobrança de imposto sobre serviços de transportes tramita em regime de urgência. Eunício Oliveira disse que a proposta pode ajudar municípios

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, informou ontem que a pauta do Plenário terá duas prioridades nesta semana: a votação de autoridades e o projeto que muda a forma de cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) para empresas de transporte privado de passageiros, como Uber, Cabify, 99Pop e similares. A proposta (PLS 493/2017 — Complementar) está na pauta do Plenário de hoje e tramita em regime de urgência.

Eunício disse reconhecer que os aplicativos fazem parte da modernidade e apontou que o projeto não prejudica

as empresas de transporte individual e pode ajudar nas finanças dos municípios, já que o texto distribui “melhor os recursos”.

Local de embarque

De autoria do senador Airton Sandoval (MDB-SP), o projeto altera a dinâmica do recolhimento do ISS, de competência dos municípios. A proposta prevê que o tributo será cobrado pelo município do local do embarque do usuário e não onde está sediada a empresa responsável pelo transporte, como ocorre atualmente.

— Sou a favor dos aplicativos, mas sou contra a forma como os aplicativos distribuem seus impostos. O imposto tem de ser pago no local onde deu origem ao negócio, no caso, onde ocorreu o embarque de passageiros — disse Eunício.

De acordo com o senador, o Plenário também deve votar a partir de hoje entre 12 e 15 autoridades. As votações ocorreriam na semana passada, mas a pauta atrasou porque o Senado teve que analisar seis medidas provisórias e o projeto que compensa a redução do preço do óleo diesel (PLC 52/2018).



Marcos Brandão/Senado Federal

Entre o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio (2º à esq.), e o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, participa da assinatura do Programa Fortaleza Cidade com Futuro, que terá recursos de US\$ 83 milhões financiados pela Corporação Andina de Fomento.

Governo edita mais três MPs para atender caminhoneiros

O acordo firmado entre o governo e os caminhoneiros para dar fim à greve iniciada no começo da semana passada levou o presidente Temer a assinar mais três medidas provisórias (MPs) além das que já tinham sido encaminhadas ao Congresso. Os textos foram publicados quarta-feira em edição extra do *Diário Oficial da União*. Uma das MPs corta despesas com investimentos em áreas sociais.

A finalidade das medidas provisórias (836, 838 e 839/2018) é compensar os gastos que serão gerados pelo acordo, que inclui a redução dos tributos sobre o óleo diesel. Segundo o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, a desoneração custará R\$ 4,01 bilhões aos cofres públicos. O valor supera, por exemplo, o orçamento autorizado para o Ministério das Relações

Exteriores este ano, que é de R\$ 3,3 bilhões.

A legislação fiscal exige que o aumento de despesas seja compensado com cortes no Orçamento para preservar a meta fiscal e o teto de gastos para o ano.

Além das novas MPs, foi editada uma quarta (MP 837/2018) que indeniza, temporariamente, os policiais rodoviários federais que trabalham durante os repousos remunerados. Apesar de não tratar diretamente do acordo com os caminhoneiros, a MP é um efeito da greve, pois a PRF teve que ampliar o efetivo nas rodovias brasileiras no período da manifestação.

No início da semana, outras três MPs já haviam sido editadas pelo governo para atender as reivindicações dos caminhoneiros.

Com Agência Câmara

Teto impede expansão da Defensoria, conclui debate

Presente em menos de 30% do território do país, a Defensoria Pública da União (DPU) viu seu plano de expansão e interiorização ficar comprometido com a promulgação da Emenda Constitucional 95, de 2016. A emenda definiu um teto para os gastos públicos e determinou que só haverá reajustes para repor a inflação.

Antes disso, a Emenda 80, de 2014, havia determinado prazo de oito anos para que todas as unidades jurisdicionais do país contassem com

defensor público. Com o teto de gastos, a Defensoria não terá verbas para cumprir a meta. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), sugerida por Paulo Paim (PT-RS), representantes da instituição levantaram ontem até a possibilidade de fechamento de algumas unidades.

Hoje a DPU já tem um déficit de mais de 800 defensores. A coordenadora de Planejamento Financeiro da Defensoria, Daisy Assmann, disse que o orçamento do órgão caiu

de R\$ 563 milhões em 2017 para R\$ 551 milhões em 2018. Segundo a assessora chefe de Planejamento, Vanessa Chervenski, a DPU trabalhava para instalar 205 unidades até 2022, com contratação de pessoal, quando foi promulgado o teto.

— A cada 10 milhões a menos no orçamento da Defensoria, 4,5 milhões de brasileiros deixam de ter a cobertura da DPU.

Para o representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, Danniell Campos, o teto de gastos prejudica sobretudo quem não pode pagar um advogado.

— O direito constitucional de acesso à Justiça está sofrendo um duro ataque — criticou Leonardo Penafiel, do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O secretário de Controle Interno e Auditoria da DPU, Elzano Braun, disse que é favorável a um Estado mais eficiente, mas sem cortes em setores essenciais.



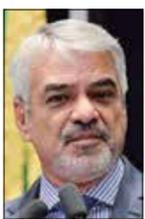
Gerardo Mugele/Agência Senado

Paulo Paim (3º à dir.) preside debate sobre efeitos da Emenda 95 na DPU

Saída de Pedro Parente permite mudar política de preço, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse que a política de preços da Petrobras deve ser modificada. Para ele, a saída de Pedro Parente dá a Michel Temer a oportunidade de sanar erros e mudar as práticas que afetaram o país.

O senador também cobrou ação rápida do governo para normalizar o abastecimento do gás de cozinha, cujos preços sofreram grande aumento. Segundo ele, houve gente que se viu obrigada a voltar ao fogão a lenha. Humberto criticou os que aproveitaram a greve dos caminhoneiros para pregar a derrubada do regime democrático.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Greve no transporte em Manaus exige solução rápida, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou que a Prefeitura de Manaus e a Câmara de Vereadores não tenham promovido o diálogo entre empresários de transporte coletivo e motoristas e cobradores, há sete dias em greve. Ela relatou que a população depreendeu ônibus hoje.

Segundo Vanessa, a situação chegou a esse ponto por causa das mudanças na lei trabalhista. Os motoristas e cobradores, disse ela, pedem aumento de 3% e querem proteção do emprego, uma vez que os empresários do setor querem demiti-los para recontratá-los por meio do contrato de trabalho intermitente.

— Querem substituir nada mais nada menos do que 40% dos trabalhadores.

Cristovam quer que país tire lições da crise que paralisou o país

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), o Brasil pode tirar lições da crise dos caminhoneiros para evitar novas catástrofes. Há 50 anos, segundo ele, o país tira dinheiro da educação, saúde e saneamento para investir na indústria automobilística. A população não reagiu e isso precisa mudar, avalia o senador.

Outro erro do país, para Cristovam, é privilegiar os combustíveis fósseis em detrimento dos renováveis, como o etanol. Há mais uma lição: para o senador, é preciso rever o monopólio da Petrobras e enxergar os interesses da nação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim acusa governo de tentar enfraquecer e inviabilizar a Petrobras

Paulo Paim (PT-RS) considera difícil explicar porque o combustível é tão caro. No Plenário, ele usou um esclarecimento do professor Assis, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para quem o custo para a estatal produzir um litro de diesel é de R\$ 0,93. Mas, por pressão do governo, disse, o litro é vendido a R\$ 2,33. O preço aumenta ainda com a carga tributária e outros valores, como transporte e venda nos postos.

— Essa margem extorsiva é uma imposição do governo que pretende elevar os preços praticados no mercado nacional independente de seus custos reais a um patamar que inviabilize a Petrobras diante de seus concorrentes.

Raupp cobra mudança na política de reajuste do gás e da gasolina

Valdir Raupp (MDB-RO) pediu que o governo estenda para a gasolina, o álcool e o gás as medidas adotadas em relação ao diesel, para evitar reajustes frequentes. Ele também cobrou a fiscalização do cumprimento da tabela de frete mínimo. Segundo ele, há empresas descumprindo a medida, o que prejudica os caminhoneiros e tem reflexos na arrecadação dos estados.

— Caracteriza uma sonegação fiscal. Deixa-se de recolher os tributos que cada estado cobra, no caso o ICMS que, em média, é de 17% sobre o valor da nota fiscal da carga transportada.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Carro elétrico ainda espera incentivos para crescer no Brasil

Veículos que dispensam ou usam muito pouco combustível ainda são raros no país. Senadores dizem que preço é muito alto e defendem redução de imposto para popularizar nova tecnologia

Ricardo Westin

A GREVE DOS caminhoneiros que paralisou o Brasil em maio deixou exposto o tamanho da dependência do país em relação aos combustíveis. Os motoristas cruzaram os braços em protesto contra o preço do diesel, e produtos que chegam às cidades pela estrada deixaram de ser entregues, incluindo gasolina, álcool e diesel. Sem combustível nas bombas, donos de carro ficaram a pé.

Houve quem conseguisse atravessar ileso a crise de desabastecimento. Os donos de carro elétrico escaparam das filas quilométricas dos postos de gasolina. O motor desse tipo de veículo funciona graças à energia armazenada em baterias que se recarregam pela tomada, sem precisar de nenhuma gota de combustível.

Os donos de carro híbrido, por sua vez, sofreram relativamente pouco. Esses veículos rodam pela força de dois motores: um movido a combustível e o outro, a eletricidade. Não há necessidade de tomada. A energia produzida toda vez que se freia o carro é guardada numa bateria. O motor elétrico, alimentado por essa bateria, permite que o motor tradicional permaneça desligado em parte do trajeto. Com 1 litro de

gasolina, o híbrido percorre, em média, 20 quilômetros — o dobro do carro comum.

Foram, porém, bem poucos os que escaparam da crise de maio. Nas ruas do Brasil, os veículos com a tecnologia do futuro não chegam sequer a ser coadjuvantes. São figurantes. De quase 1,9 milhão de carros novos emplacados no país no ano passado, em torno de 3 mil foram elétricos ou híbridos — o que não chega a 0,2% do total. Segundo o governo, há 8 mil unidades em circulação.

Preço salgado

A tecnologia não é exatamente nova. Faz duas décadas que o motor elétrico chegou ao mercado. O híbrido Toyota Prius foi lançado no Japão em 1997. Na Noruega, quase 30% dos veículos já são elétricos ou híbridos. Na China, 1,5% da frota está nessa categoria — nada menos do que 450 mil veículos.

O atraso do Brasil tem explicação: os carros elétricos e híbridos são vendidos no país a preços muito altos, o que assusta os compradores. A versão híbrida do Ford Fusion e o elétrico BMW i3 custam a partir de R\$ 160 mil. O Prius mais barato sai por R\$ 130 mil. Como comparação, pode-se comprar um veículo 1.0, com motor a combustão, por menos de R\$ 30 mil.



Carro elétrico é abastecido em Londres: tecnologia do futuro se dissemina rapidamente no exterior, mas é lenta no Brasil



Jorge Viana, Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga querem incentivar tecnologia

— Os países que decolaram na adoção dos veículos elétricos e híbridos só tiveram sucesso porque os governos concederam uma série de incentivos, como benefícios tributários, liberação de pagamento de pedágios, estacionamentos gratuitos etc. No Brasil, isso ainda não aconteceu — explica o presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Ricardo Guggisberg.

A grande queixa dos empresários é o peso dos tributos. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre um carro elétrico é de 25%. Sobre um híbrido, 13%. O IPI de um carro popular é de 7%. A indústria pede que o imposto de ambos os modelos também seja de 7%. Nessa hipótese, o Prius ficaria R\$ 10 mil mais barato para o comprador.

Corrida tecnológica

Senadores apresentaram uma série de projetos de lei para baratear esses veículos. Entre eles, estão o PLS 415/2012, de Eduardo Amorim (PSDB-SE), o PLS 174/2014, de Eduardo Braga (MDB-AM), o PLS 780/2015, de Jorge Viana (PT-AC), e o PLS 340/2016, de Telmário Mota (PTB-RR), que fazem mudanças no IPI.

— O Brasil não pode continuar atrasado nessa corrida tecnológica — argumenta Braga.

— Nós precisamos de uma política industrial mais eficiente e moderna — concorda Telmário.

Em outra frente, o PLS 337/2014, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), permite que os carros híbridos

sejam produzidos na Zona Franca de Manaus fazendo jus aos mesmos incentivos fiscais dados às indústrias da cidade.

O Ministério da Indústria chegou a avisar que as alíquotas de 25% e 13% cairiam para 7% em janeiro passado. O prazo passou, e os percentuais não baixaram até hoje. O entrave é o Ministério da Fazenda, que oferece resistência à criação de medidas que reduzam a arrecadação federal. Procurada pela reportagem, a Fazenda afirmou que a discussão sobre os carros está “bem próxima do fim”.

Guggisberg, da ABVE, critica: — Considerar a perda de arrecadação é uma visão imediatista, que não olha para o futuro. Esse atraso vai deixar a nossa indústria automotiva sucateada, inclusive a de peças para a montagem de veículos híbridos e elétricos.

Os novos carros também têm a vantagem de não contribuir com a poluição sonora (são muito mais silenciosos que os veículos convencionais) nem com a contaminação atmosférica (emitem pouca ou nenhuma fumaça). A tecnologia também já é adaptada a ônibus e caminhões.

— Os veículos são essenciais no combate às mudanças climáticas — diz Viana.

Os carros 100% elétricos têm autonomia para percorrer trajetos de 150 quilômetros, em média. Também é desafio para o país criar uma infraestrutura que permita a recarga dos veículos em locais públicos. Já há shoppings e supermercados em capitais que oferecem tomadas especiais em seus

estacionamentos.

Em março, a Itaipu Binacional e a Companhia Paranaense de Energia (Copel) deram início à criação de postos de abastecimento para carros elétricos ao longo da BR-277, que interliga Paranaguá e Foz do Iguaçu. Dos oito eletropostos previstos para os 700 quilômetros da rodovia do Paraná, dois foram inaugurados em março.

O Senado também analisa o PLC 65/2014, do deputado Heuler Cruvinel (PP-GO), que permite ao dono de carro elétrico pedir às empresas de eletricidade a instalação de tomadas especiais em casa e o pagamento de tarifa diferenciada.

Fim dos velhos carros

Diversos países já marcaram data para o fim da produção de carros movidos apenas a gasolina ou diesel. Na Noruega e na Holanda, a indústria não poderá colocar esses carros em circulação a partir de 2035. Na Áustria e na Índia, 2030. Na Inglaterra e na França, 2040.

No Senado, há projetos de lei que fixam prazos para que também o Brasil sepulte a velha tecnologia: em 2030, segundo o PLS 304/2017, de Ciro Nogueira (PP-PI), ou em 2060, de acordo com o PLS 454/2017, de Telmário Mota.

— Não há dúvida: a população do carro do futuro é elétrica — diz o analista Ricardo Zomer, do Ministério da Indústria. — Em algum momento, acontecerá com o carro elétrico o mesmo que aconteceu com o celular. O telefone surgiu como um luxo, caro, mas se popularizou em pouco tempo.

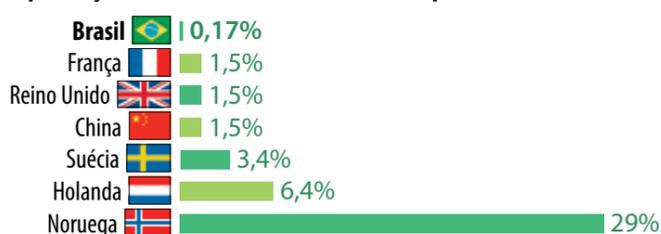
Colaboração: Vladimir Spinoza, da Rádio Senado

Frota tecnológica pequena

O emplacamento de carros elétricos ou híbridos no Brasil tem crescido, mas ainda é muito pequeno na comparação com os veículos movidos a combustível

Ano	Combustível	Elétricos e híbridos
2010	2.856.540	24
2011	2.901.647	200
2012	3.115.223	117
2013	3.040.783	484
2014	2.794.687	842
2015	2.122.956	843
2016	1.688.289	1.085
2017	1.856.096	3.278

A presença dos carros elétricos e híbridos nos países



Saiba mais

Veja programa da TV Senado a respeito dos carros elétricos: <http://bit.ly/CidaniaCarrosEltricos>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania